

Doutrina

O ESTADO NA ORDEM ECONÔMICA

Elival da Silva Ramos

A REFORMA PREVIDENCIÁRIA E O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA. OS LIMITES DA ATUAÇÃO LEGISLATIVA DO ESTADO

Maria Garcia

A RIGIDEZ DAS DESPESAS NAS LEIS ORÇAMENTÁRIAS À LUZ DO DIREITO CONSTITUCIONAL BRASILEIRO - QUESTÕES DECORRENTES - OPINIÃO LEGAL

Ives Gandra da Silva Martins

UMA REFLEXÃO ACERCA DOS PACTOS E CONVENÇÕES INTERNACIONAIS E SUA APLICAÇÃO NO ORDENAMENTO JURÍDICO PÁTRIO

Bernardo Montalvão Varjão de Azevêdo

SOBRE O CONCEITO DE NORMA E A FUNÇÃO DOS ENUNCIADOS EMPÍRICOS NA ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA SEGUNDO FRIEDRICH MÜLLER E ROBERT ALEXY

Thomas da Rosa de Bustamante

A GARANTIA DO CONTEÚDO ESSENCIAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Sandro Nahmias Melo

50 ANOS DA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS: o significado dos direitos fundamentais

Andrés Ollero Tassara

PRECATÓRIOS JUDICIAIS EXCLUSÃO DOS JUROS COMPENSATÓRIOS A PARTIR DA EC 30/2000. INADMISSIBILIDADE

Celso Ribeiro Bastos

TRATADOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS

Paulo Hamilton Siqueira Júnior

A MORALIDADE ADMINISTRATIVA E SUA DENSIFICAÇÃO

Emerson Garcia

REFORMA CONSTITUCIONAL: conceito, procedimento e limites

Márcia Haydêe Porto de Carvalho

A VINCULAÇÃO DA INTERPRETAÇÃO JUDICIAL: aspectos constitucionais

Pastora do Socorro Teixeira Leal

Jurisprudência

Supremo Tribunal Federal

Ação direta de inconstitucionalidade. Medida cautelar. Emenda Constitucional 8, de 20.05. 1999, promulgada pela Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo. Extinção dos Tribunais de Alçada e sua transformação em órgãos do Tribunal de Justiça. Promoção dos integrantes daqueles ao cargo de desembargadores. Ausência de proposta do Tribunal de Justiça. Afronta ao art. 96, II, d, da CF.

Tribunal Regional Federal da 3.^a Região

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. Legitimidade passiva. Interpretação conforme a Constituição. Hard case (casos difíceis). Conflituosidade entre princípios. Utilização metódica de concretização constitucional. Caráter prima facie dos princípios. Modelo síntese de ponderação de princípios.

Supremo Tribunal Federal

LEI ELEITORAL. Modificação. Cláusula de vigência imediata. Afronta ao art. 16 da CF. Inexistência.
